16ª Sessão Ordinária do II Período Legislativo de 2021.

Aos (19) dezenove dias do mês de outubro de 2021, (dois mil e vinte e um), por volta das 20 h, reuniram-se presencialmente em Sessão Ordinária os Vereadores que representam o Poder Legislativo deste Município. O Presidente abriu a Sessão e passou a condução dos trabalhos para que a Secretária Legislativa Adjunta fizesse a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi solicitada dispensa pelo Vereador José Anselmo da Silva e logo após foi colocada em votação, quando na ocasião foi aprovada por unanimidade dos Vereadores presentes. No momento da leitura das correspondências foram lidos os seguintes Ofícios: nº 09/2021 TC/PE, com o assunto Regime Próprio de Previdência fazendo alerta sobre o prazo para as adequações necessárias, Ofício oriundo do Belo Jardim – Prev dando ciência ao Prefeito sobre o alerta do Ofício do Tribunal de Contas e o Ofício 407/2021 oriundo do Poder Executivo, dando ciência ao Presidente do Poder Legislativo sobre o mesmo teor. Na continuidade foram encaminhados às Comissões Competentes os seguintes Projetos de Lei: nº 059/2021 de autoria do Vereador Rômulo Holanda, Ementa: Dispõe sobre a criação do Balcão Municipal de Empregos no âmbito do Município de Belo Jardim e dá outras providências; nº 063/2021 de autoria do Poder Executivo, Ementa: Dispõe sobre a doação de terreno urbano para construção da igreja e dá outras providências. No II Momento o Presidente deu por aberta a Audiência Pública com o tema: Reforma da Previdência Municipal Belo Jardim – PREV, e disse que os Municípios terão até o dia 13 de novembro para se adequar, apreciar e aprovar ou rejeitar a recomendação feita através da Emenda Constitucional 103/19 a Emenda à Lei Orgânica, a Lei Complementar e os outros projetos relativos ao Regime Próprio de Previdência, disse ainda que os Projetos chegaram nesta Casa Legislativa no dia 16 de setembro e

Digitalizado com CamScanner

que todos os ritos estavam sendo seguidos e cumpridos. Foi quando o Vereador Rômulo Holanda solicitou um aparte e disse que havia questionado o auditor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco quando o mesmo esteve nesta Casa, e que naquela ocasião ao perguntar se todos os projetos eram obrigatórios quanto as suas discussões e votações até o dia 13 de novembro, o mesmo respondeu que o prazo era apenas para a criação da Previdência Complementar então deste modo o restante poderia perfeitamente esperar. O Presidente disse que iriam iniciar as discussões pela PEC e que o Vereador Rômulo Holanda havia entendido errado as suas explanações. Deu início à Audiência chamando o Sr. Adelmo Monteiro, na qualidade de Presidente do Belo Jardim – PREV para iniciar a Audiência quando na ocasião disse que sob a orientação do Tribunal de Contas e da Emenda Constitucional 103/19 o nosso Município teria que se adequar e que as alterações em nosso Regime Próprio de Previdência eram extremamente necessárias, sendo divididas em 04 propostas: 1) Emenda à Lei Orgânica nº 01, que revisa nos termos da Emenda Constitucional 103/19 as normas previdenciárias do RPPSMBJ e dá outras providências; 2) Projeto de Lei Complementar nº 051/21 que disciplina na forma do artigo 40, § 1º, inciso 3º da Constituição Federal os requisitos para concessão de aposentadoria voluntária no âmbito do Regime Próprio; 3) Projeto de Lei nº 052/2021 que institui o Regime Próprio Complementar dos Servidores Públicos Municipais, fixa o limite máximo para aposentadorias e pensões pelo RPPMBJ e autorizar adesão; 4) Projeto de Lei 053/2021 que altera a Lei 1601/04 que reestrutura o Regime Próprio e reorganiza o Belo Jardim – PREV. Deste modo existe um prazo para que possa ser analisado tudo o que é obrigatório e tudo o que é necessário diante do déficit que o Belo Jardim PREV atravessa. Na sequência o Presidnete passou a

Digitalizado com CamScanner

palavra para a Sra. Valdirene Cavalcante Gerente de Benefícios e Previdência do Belo Jardim – PREV que iniciou explanado que essa não era uma questão municipal e sim nacional, essas adequações terão que ser feitas em concordância com a Lei maior e como advento da Emenda 103/19 deste modo há questões que precisam de adequações, principalmente as relativas as aposentadorias por tempo de serviço, onde esses percentuais serão discutidos e a proposta do governo está no parâmetro nacional, os projetos são adequações e a ideia é compilar na Lei Orgânica do Município. Existe um prazo e o mesmo precisa ser cumprido e a ausência de adequações trará prejuízos ao Município. Na sequência foi a vez do Sr. Wildes Soares de Brito, Presidente da Associação dos aposentados e pensionistas de Belo Jardim, fazer uso da palavra quando disse que esse pacote de propostas era um pacote de subtração dos direitos dos servidores ativos e inativos, disse ainda que na mensagem do projeto continha no texto que essas medidas eram para aumentar o investimento com saúde, educação e infraestrutura, deste modo os servidores não tem que pagar a conta, nos projetos não há nenhum benefício ao contrário só sacrifica os servidores a exemplo dos funcionários depois de aposentados ainda terem que contribuir com o Belo Jardim – PREV, quem receber acima de R$ 2.200,00 vai continuar pagando a conta, sabe-se que o déficit do Belo Jardim – PREV existe, mais não é o servidor que deve pagar a conta, citou ainda a responsabilidade enorme dos Vereadores em analisar e votar pelo correto, porque nesse momento eles podem mudar a vida das pessoas, de várias famílias. Dando prosseguimento a Sra. Maria de Lourdes Coelho Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Belo Jardim fez uso da palavra, e iniciou falando que achava um crime querer aumentar os anos para aposentadoria, disse que a questão do prazo estipulado para 13 de novembro era

Digitalizado com CamScanner

preocupante, e solicitou que os Vereadores desmembrassem os projetos, disse que a previdência própria tem que ser diferente da regra geral, se não, não seria necessário ter uma previdência própria, os projetos vieram de forma errônea, falou que os projetos não são de fácil entendimento, e se forem aprovados da maneira que estão, irão penalizar os servidores. Não há nenhum atrativo para que os servidores queiram continuar nesse regime. Disse que os Vereadores Tenente, Deto, Euno Filho e Nilton Senhorinho também são servidores públicos, existe uma categoria que está reunida e que precisa de um olhar de esperança e cada Vereador precisa parar e analisar, debatendo e deixando de subtrair. Aumentar 07 anos para as mulheres poderem se aposentar é um crime, onde está 62 anos, baixem para 60, na questão do pedágio, os servidores ainda serão penalizados em suas remunerações, então é necessário que os Vereadores façam emendas e ter um prazo maior para começar a digerir os projetos. Na sequência o Sr. Thiago Oliveira, Controlador Interno da Câmara Municipal de Belo Jardim disse que só seria possível chegar a um consenso através do diálogo. Logo após foi a vez do Sr. Diego Fernandes de Souza Assessor Jurídico desta Casa Legislativa, fazer as suas explanações quando citou que de fato os projetos são complexos, porém não poderemos deixar de entrar nos méritos deles, disse que há pontos que são positivos sim e pontos que estão gerando uma certa confusão e sendo mal interpretado pelos servidores. A previdência complementar vem para nivelar o limite, terá que ter um teto, que é o mesmo do regime geral, é a possibilidade de divisão de fundos financeiro e previdenciário, aquele servidor que recebe além do teto, quando se aposentar receberá o teto máximo de R$ 6.000,00, Como essa norma é impositiva, não tem pra onde correr, do ponto de vista técnico a própria emenda constitucional diz que será o teto do regime geral

Digitalizado com CamScanner

que irá valer. Tem ainda a questão de limites de proventos, cálculos para aposentadoria, previdência complementar, são pontos relevantes e a questão da idade mulher irá se aposentar com 62 anos e homem com 67 anos. No caso de professores há uma diminuição de 05 anos, mulher 57 anos e homens 62 anos. Outro ponto importante é o escalonamento ou seja a pensão por morte, o qual varia de acordo com a idade do conjugue, sugeriu que seja estabelecido e que se dê prioridade sobre o Projeto da Lei Complementar e a PEC da Lei Orgânica. Disse ainda que o Poder Executivo estava sendo transparente, porque em outros Municípios foi feita a aprovação dos projetos e a população nem ficou sabendo. É necessário adequar o RPPMBJ, existe um aporte de um milhão e oitocentos mil reais por mês para cobrir o déficit do Belo Jardim – PREV, e finalizou sua fala dizendo estar a disposição de qualquer munícipe que queira tirar as dúvidas. Na sequência o momento foi destinado para as pessoas presentes na plateia e o Sr. Nilton Pestana sugeriu que essas propostas deveriam ser feitas de acordo com os 04 concursos que foram realizados, um no ano de 1994, outro em 1997, outro em 2007 e por último em 2020. Sugeriu ainda que os que estão entrando agora poderiam entrar nesse novo regime, mais os que já vem de longa data trabalharam muito subindo serra e descendo serra, então tem que rever essas questões para não prejudicar ninguém. Disse ainda achar interessante que em tempos atrás os recursos do Belo Jardim – Prev foram mal investidos e nunca apareceu esse dinheiro, nem tão pouco os investimentos, então deveria ser acionada a justiça para investigar e punir os culpados. O Técnico de enfermagem Sr. Josenildo, representante do Satenpe – Sindicato dos Técnicos de Enfermagem do Estado de Pernambuco, também fez uso da palavra e falou que projetos que beneficiem os servidores nunca vinham para esta Casa, o que é de melhoria para

Digitalizado com CamScanner

o servidor não vem, agora oque é para tirar direitos adquiridos vem. Esses projetos tem que ser realmente mastigados, os Vereadores são representantes do povo e não do Prefeito, então que votem com consciência. O Sr. Geovani disse que essas propostas mexeriam até como psicológico dos servidores, que o dinheiro volte, que os culpados pelo rombo sejam punidos e que a lei comece daqui pra frente, porque não é justo que os que estão em fim de carreira paguem a conta de erros passados. Na sequência foi aberto o momento para as perguntas dos Vereadores, quando na ocasião o Vereador Reginaldo Silva Santos (Zé Gury) perguntou ao Sr. Adelmo Monteiro quantos funcionários não serão atingidos nessa contribuição, qual o valor dos salários e a questão do pedágio como ficará? Adelmo respondeu que essa proposta cabe discussão e cabe emenda, disse que o Belo Jardim Prev conta com 1.103 pessoas, com essa proposta a partir de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) cerca de 716 pessoas não entrariam nesse holl, quem entraria de acordo com a proposta seria um pouco mais de 200 pessoas, essa contribuição solidária seria sobre o excedente, sobre a diferença, sobre o pedágio existem aqueles servidores que de acordo com a proposta estão bem próximos de se aposentar, então não seria justo que eles ficassem no mesmo holl daqueles que faltam muito tempo, existe o pedágio que é um tempo que o servidor vai ajustar para que possa se aposentar sem que tenha trabalhar como um servidor novato, isso também pode ser revisto e pode ser ajustado. O Vereador Rômulo Holanda disse que no mês de maio era o líder do governo nesta Casa, na ocasião fez uma visita ao Belo Jardim Prev, quando o Presidente da Instituição Sr. Adelmo disse que o Projeto da reforma já estaria quase pronto, disse que esta situação é culpa do governo, porque como pode ser feito um projeto que vai prejudicar os servidores sem a participação e sem ouvir os

Digitalizado com CamScanner

mesmos. Em tudo que leu nos Projetos não há nada que beneficie, nem o discurso que essas mudanças são necessárias para garantir a aposentadoria dos servidores, porque se for mal gerido pode vir a falência, mesmo sendo criada a previdência complementar. Disse ainda que o Prefeito faltou com a verdade e colocou a população e os servidores contra os Vereadores da oposição, a única coisa que será necessária aprovar às pressas é a Previdência complementar. Falou ser contrário sobre o escalonamento para concessão de pensão. Disse que o correto seria o Poder Executivo retirar os demais Projetos, abrir diálogo com a população e tentar encontrar a melhor forma, debatendo com os servidores e representantes de sindicatos. Há um embate, porque às Emendas à Lei Orgânica precisam de 10 votos, por isso que ainda está tendo debates, se não, já teriam colocado em votação e empurrado de goela abaixo. O Vereador Thallys Bruno destacou alguns pontos: 1- O fato dos projetos terem vindo de forma tardia os quais deveriam ter chegado no começo do ano e ter tido mais audiências, conferências, seminários, pois são 04 projetos complexos e a pergunta é: os servidores estão entendendo os projetos? 2 – As alterações legislativas hora propostas guardam relação direta com as modificações advindas da última reforma, ou seja, a Emenda 103/19, está sendo passado que devem ser seguidos todos os parâmetros mais isso não é verdade, são apenas 03 pontos à serem seguidos: 1)a alíquota de 14%, a qual já é paga pelos servidores; 2) a atualização do plano de benefícios e por fim a lei complementar, fora isso é a vontade do Prefeito para mexer com a vida dos servidores. O Prefeito quer aumentar a capacidade de investimentos do Município, para isso é muito fácil, corte os cargos comissionados, corte os forasteiros que ganham muito dinheiro e os funcionários que só recebem e não dão expedientes. Sabe-se que existe o déficit do Belo Jardim Prev, mais não é o servidor que

Digitalizado com CamScanner

deve ser penalizado. Na sequência foi a vez do Vereador Nilton Senhorinho fazer uso da palavra, iniciou fazendo algumas perguntas, nas 80 e poucas páginas que acompanham os projetos existe umas tabelas com cálculos autuariais, em relação ao fundo previdenciário onde estão depositados os valores de contribuição dos servidores, hoje efetivamente quanto tem de valores no fundo previdenciário que será usado para pagar aposentadorias futuras? O Sr. Adelmo respondeu que no caso da nossa Previdência no ano de 2006 já percebendo que diante de tantos concursados que já estavam aposentados existia um déficit e os valores já não eram suficientes para cobrir as despesas, foi aprovada por esta Casa uma nomenclatura chamada de segregação de fundos, os servidores de 2006 para trás ficaram denominados como Fundo Financeiro, popularmente conhecido como Fundo Podre, é esse fundo que gera uma despesa de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) mensais aos cofres públicos. De 2007 para cá Foi criado do fundo previdenciário, os servidores estavam ingressando então este fundo foi só arrecadando, hoje tem em média 300 pessoas trabalhando e apenas 37 aposentados no Fundo Previdenciário, é feito uma transferência de pouco mais de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) do fundo previdenciário, porém a aposentadoria que é paga custa um pouco mais de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), a sobra é capitalizada e tem um comitê de investimentos, com participações da diretoria e representantes dos conselhos, esse fundo é capitalizado para que vá correndo juros e que no futuro venha garantir a aposentadoria destes servidores que ingressaram em 2017, hoje temos aproximadamente R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) aplicados neste Fundo Previdenciário, houve também um período que as contribuições da Previdência não foram feitas. O Vereador Nilton Senhorinho disse que embora

Digitalizado com CamScanner

um dos projetos defina que a contribuição patronal será de 15,03% podendo aumentar dependendo do cálculo autuarial. Os Projetos chegaram no dia 16 de setembro, são assuntos bastante complexos e que não tem condições de serem discutidos em tão pouco tempo, perguntou ainda, após o dia 13 de novembro, caso sejam aprovados os projetos qual o tempo estimado que isso leva ainda para acontecer ou em contrário, caso reprovado, a partir de quanto tempo o Município viria a ser prejudicado sem o certificado de regularidade previdenciária? O Sr. Adelmo disse que segundo informações recebidas tanto do jurídico quanto dos consultores, o Município pode sofrer penalidades a exemplo da CRP – Regularidade da Previdência e Repasses Federais. O Vereador Nilton Senhorinho disse que os Projetos serão bem analisados e bem amarrados para não deixar dúvidas, esses projetos não estão tramitando em regime de urgência, essa questão de datas tem que ser estendida o máximo que puder. Finalizou dizendo que esses Projetos são um pacote de malvadeza. O Vereador Ademilton dos Santos (Lila) disse que ouviu atentamente as explanações e tem a convicção que esses projetos não beneficiarão os servidores. Disse que com o aumento da idade para se aposentar a maioria dos servidores virá a falecer e não desfrutará desse privilégio. Na sequência foi a vez do Vereador Edvaldo Alves Vieira fazer suas explanações, disse que com bom senso sempre estará ao lado dos funcionários públicos, disse que esse tema deve ser discutido amplamente e incansavelmente, o Belo Jardim - Prev tem cerca de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões) que são aplicados em fundos de investimento, qual é a garantia de haver o retorno deste dinheiro e caso não haja, caso as instituições abram falência, como o Município vai arcar com esse rombo? Porque o Município não tem mais como fazer aportes financeiros nesse sentido. O Belo Jardim PREV já nasceu

Digitalizado com CamScanner

déficitário, e deixou bem claro que estará sempre do lado do povo. O Sr. Adelmo Monteiro respondeu que no caso desses valores que são capitalizados, houve em 2013 algumas aplicações em quatro administradoras, que não são bancos comerciais, e depois de um tempo vieram a perder a sua liquidez, e nesse período de 08 a 09 anos, se foi colocado um milhão e meio depois de 08 a 09 anos tinha 253 mil e essa administradora não tem esse dinheiro pra colocar na conta da Previdência. Uma dessas administradoras a GGR conseguiu resgatar R$ 6.000.000,00 milhões de reais para todos os cotistas do Brasil, desses R$ 6.000.000,00 milhões o nosso Município tinha 26 cotas, na época foi aplicado R$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais) e foi resgatado apenas R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), isso gerou um déficit e vai ser necessário daqui uns anos que o Município faça o aporte. Com o advento da Resolução 3922 que diz que os Comitês de investimentos tem que ter certidões de regularidades para que os investimentos sejam feitos de maneira correta, hoje os comitês tem essas certidões, e os investimentos estão sendo feitos em Bancos comerciais a exemplo da Caixa Econômica, Banco do Brasil, Santander e Itaú, por eles terem mais solidez. O Presidente Joé Lopes disse que em gestões passadas quem administrava o dinheiro do Belo Jardim PREV fez as aplicações em bancos que não tinham respaldo ou solidez e no mínimo de procedência duvidosa. Existem também algumas interrogações porque R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) foram desviados, foi subtraído do Fundo dos Servidores do Município de Belo Jardim, as gestões passadas não se preocuparam e isso é preciso lembrar e cobrar também. Disse ainda que a Câmara não pode ser omissa, e nenhum Projeto mesmo que complexo, vai demandar 60 dias para ser apreciado, os pensamentos políticos divergentes enaltecem a democracia, e tem que chegar a um consenso, a PEC precisa ser votada. Na gestão

Digitalizado com CamScanner

passada já havia sido votado o Projeto que aumentou o valor da contribuição dos servidores que era de 11 para 14%. O Vereador Euno Andrade Filho disse que é inconteste a robustez desses projetos, para quem não tem conhecimento no ramo previdenciário fica muito difícil o entendimento desses projetos, quando Gilvandro Estrela assumiu já havia pegado o Projeto com treze meses de atraso, qualquer gestor que tivesse tomado posse teria se preocupado com a gestão, para então poder se preocupar com essa situação e o fato de ter chegado aqui há um mês e pouco atrás não quer dizer que vai ser discutido às pressas e sem os debates necessários, existem situações que são vinculativas, ou seja, aquilo que nós do parlamento municipal não temos a competência de modificar, se tivéssemos o regime geral não teríamos que estar aqui debatendo e votando a exemplo dos municípios de Pesqueira e Sanharó, desse modo em todas as reformas que houver na Previdência nós aqui teremos que nos adequar. Não podemos ser contrários a Lei maior que é a da Constituição Federal, sabemos que sempre quem paga o preço é o trabalhador, mais esses percalços já vem de lá do Governo Federal, e são situações que não poderemos mudar. Pediu que os servidores fiquem tranquilos que o que for de competência desta Câmara tentar ajudar eles irão fazê-lo. Na continuidade o Vereador José Anselmo (Tenente) disse discordar do Vereador Euno Filho, porque quando os auditores estiveram aqui eles disseram que seria necessário se adequar e votar em três pontos, o restante era balela, afirmou que os Projetos eram um pacote de malvadeza, e que Hélio não quis enviar os projetos para esta Casa porque sabia das maldades que estavam contidas. É necessário que sejam feitas negociações para chegar num consenso, pediu que o Sr. Adelmo Monteiro e a Sra. Valdirene venham a esta Casa para ampliar os debates, ninguém está contra o Prefeito, mais tem que saber o que

Digitalizado com CamScanner

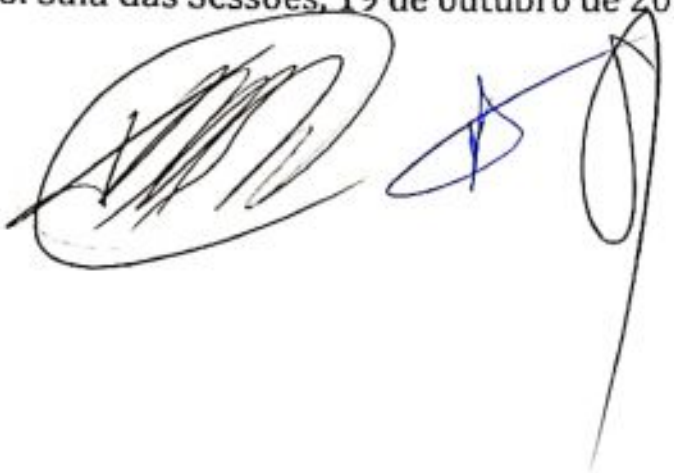
vai ter de bom nesses projetos e o que vai ter de ruim também. Se houver algum ponto que vai prejudicar os servidores ele afirmou que votará contrário, e se vierem com arrogância de não querer discutir ele tem certeza que os sete Vereadores da oposição irão votar contra. No seguimento o Vereador José Carlos de Oliveira Lima (Autarquia) ratificou as palavras do Vereador José Anselmo e disse que jamais seria contrário para tirar os direitos dos servidores e convidou o Sr. Adelmo para participar da reunião das Comissões para chegar a um consenso. Na sequência fez uso da palavra o Vereador Marcelino Monteiro falou que também votará em benefício do povo, e num momento como esse todos os Vereadores tem que estar unidos, independente de situação ou oposição e terão que votar corretamente em benefício dos servidores. O Vereador Guilherme Augusto disse que aqui ninguém é Vereador do Prefeito e sim Vereador do povo, o que significa que nem tudo que vier de lá será imposto de goela abaixo, esse momento é muito importante para conhecer e debater assuntos de grande importância, a reforma é necessária, hoje existe um aporte muito grande, que prejudica o desenvolvimento do Município, é R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil) que deixam de ser usados em investimentos na saúde, educação e infraestrutura, hoje foi dado o pontapé inicial, e nas reuniões das Comissões os Projetos serão discutidos quantas vezes sejam necessárias. O Vereador José Anselmo perguntou, caso os Projetos sejam aprovados, em janeiro de 2022 quanto a Prefeitura ainda terá que aportar ao Belo Jardim PREV? O Vereador Thallys Bruno disse que a imagem que está sendo passada é a de que caso os projetos sejam aprovados o aporte vai deixar de existir, mais ao que o Sr. Adelmo explicou o aporte não vai deixar de existir, ao contrário esse aporte vai subir mês a mês porque as pessoas estão se aposentando, a tentativa é de frear um crescimento

Digitalizado com CamScanner

desordenado, não há a certeza, por isso se trabalha com uma previsão, e por incrível que pareça, não se sabe, por exemplo, se o servidor José tem esposa, se tem filhos, se algum deles tem necessidades especiais, para isso o Belo Jardim PREV está trabalhando para que até o final do ano seja feito um censo, por isso existe ainda a imprecisão no cálculo autuarial. Já foram encontradas várias situações de filhos de aposentados que não tem necessidades especiais e tem pensão vitalícia, pois há erros no sistema. O Presidente da Comissão de Legislação e Redação de Leis Sr. Rômulo Holanda, convidou a população em geral para a reunião das Comissões. O Sr. Adelmo citou ainda que as propostas das pessoas presentes e dos Vereadores irão ser ouvidas e discutidas, colocou o Belo Jardim – PREV a disposição e agradeceu a todos, os Projetos que vieram a esta Casa encaminhados pelo Gestor do Município foram propostas, que já acontecem em regime nacional, não vieram em regime de urgência, então se acontecer e se for conveniente serão feitas ouvindo a todos atentamente. No ano de 2006 antes da criação do Fundo Previdenciário esteve nesta casa o antigo Presidente do Belo Jardim – PREV e naquele tempo nós tínhamos 564 aposentados, numa folha que ela somava R$ 222.375,00 reais, (duzentos e vinte e três mil e trezentos e setenta e cinco reais) a receita corrente líquida era de R$ 4.200,000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) equivalia a 5% da corrente líquida. Hoje são 1.110 aposentados numa folha que equivale a R$ 2.000.270,00 (dois milhões e duzentos e setenta reais), a receita corrente liquida de hoje é de R$ 14.500.000,00 (catorze milhões e quinhentos mil reais) e equivale a 15% da receita corrente líquida, é importante que entendam o zelo, o respeito e a preocupação como o futuro, para que daqui há 10, 15, 20 anos não se diga, porque não fizeram nada anteriormente, porque não fizeram nada lá atrás, essa situação só vai subir. O Vereador José Anselmo

Digitalizado com CamScanner

perguntou se o servidor que passou num concurso poderia optar por ir para o regime normal geral, ao que o Sr. Adelmo Monteiro respondeu que não, pois nós temos um regime próprio. Concluiu dizendo que de 2007 pra cá todos os concursos que forem feitos não irão resolver os problemas do fundo financeiro, os dados estão aí. Nada mais havendo a tratar deu por encerrada a presente Sessão, marcando a próxima para o dia 26 de outubro do corrente ano. Sala das Sessões, 19 de outubro de 2021.



Digitalizado com CamScanner